

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VICTÓRIA YNGRID GOMES OLIVEIRA

**“SER ALGUÉM NA VIDA”: Uma revisão de literatura sobre a saúde mental da
juventude brasileira frente ao desemprego**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

VICTÓRIA YNGRID GOMES OLIVEIRA

**“SER ALGUÉM NA VIDA”: Uma revisão de literatura sobre a saúde mental da
juventude brasileira frente ao desemprego**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Profa. Me. Maria Aparecida Trindade Pereira

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

VICTÓRIA YNGRID GOMES OLIVEIRA

“SER ALGUÉM NA VIDA”: Uma revisão de literatura sobre a saúde mental da juventude brasileira frente ao desemprego

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 05/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROFA. ME. MARIA APARECIDA TRINDADE PEREIRA

Membro: PROFA. ESP. LARISSA VASCONCELOS RODRIGUES/ UNILEÃO

Membro: PROF. DR. ÍTALO EMANUEL PINHEIRO DE LIMA

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

“SER ALGUÉM NA VIDA”: Uma revisão de literatura sobre a saúde mental da juventude brasileira frente ao desemprego

Victória Yngrid Gomes Oliveira¹
Maria Aparecida Trindade Pereira²

RESUMO

O presente artigo analisa, a partir da literatura, os possíveis impactos do desemprego na saúde mental da juventude brasileira, investiga-se assim, os sentidos do trabalho que estão implicados na construção da identidade dos jovens. Compreende-se que, em virtude das transformações sócio históricas e da ascensão do neoliberalismo, os modos de produção, os sentidos do trabalho e a inserção dos conceitos de “emprego” e “desemprego” foram ressignificados – resultando na reconfiguração das relações entre trabalho e trabalhador diante da flexibilização do trabalho formal. Diante da desigualdade social advinda desse processo, nota-se a dificuldade de inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. O método utilizado para realização da pesquisa foi uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo, de cunho qualitativo dos dados objetivando observar os sentidos do trabalho na construção da identidade da juventude brasileira. Por fim, em relação aos resultados, percebeu-se que apesar da existência das políticas direcionadas aos desempregados, as condições são desfavoráveis para a juventude brasileira efetivar a transição da escola para o mundo do trabalho, impactando, assim, na identidade desses indivíduos e no sentimento de pertencimento a algo, surgindo, a partir disso, os sentimentos de culpa e inutilidade.

Palavras-chave: Saúde Mental. Desemprego. Mercado de Trabalho. Juventude Brasileira.

ABSTRACT

This article analyzes, based on literature, the possible impacts of unemployment on the mental health of Brazilian youth, investigating the meanings of work implicated in the construction of young people's identity. Due to socio-historical transformations and the rise of neoliberalism, production modes, work meanings, and the concepts of "employment" and "unemployment" have been redefined, reshaping the relationships between work and workers in the face of formal work flexibilization. Given the social inequality resulting from this process, there is difficulty for Brazilian youth to enter the job market. The research employed a descriptive qualitative bibliographic approach to observe the meanings of work in constructing the identity of Brazilian youth. Ultimately, despite existing policies for the unemployed, conditions are unfavorable for Brazilian youth to transition from school to the workforce, impacting their identity and sense of belonging, leading to feelings of guilt and uselessness.

Keywords: Mental Health. Unemployment. Job Market. Brazilian Youth.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: victoriaygomes@hotmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: mariaaparecida@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Nesta presente pesquisa, buscou-se considerar a causa multifatorial do desemprego, como os fatores macrossociais e históricos, para além de problemas do indivíduo ou no indivíduo. Nesse sentido, é imprescindível esclarecer o valor do trabalho na sociedade e seus impactos sobre a saúde mental dos jovens trabalhadores, considerando a dimensão do desemprego no Brasil e os sentidos do trabalho em relação à construção da identidade social. Diante disso, neste estudo foi explanado sobre o contexto neoliberal e a manutenção da desigualdade social, a relação entre saúde mental e desemprego, o percurso histórico das políticas ativas de assistência ao desempregado, os programas que contribuem para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, mas para além disso, as dificuldades da não-inserção nesse mercado.

Vale ressaltar as condições socioeconômicas que influenciam a busca pelo emprego, isto é, o trabalho como elemento para a subsistência de famílias, a inserção e a manutenção da vida social, sendo visualizado como legitimador social. Decerto, a contribuição dessa pesquisa para o campo acadêmico sustenta-se no desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento sobre a relação direta entre educação, mercado de trabalho e juventude brasileira, sendo possível identificar também como o campo da Saúde do Trabalhador inserido na área da Psicologia pode estudar e compreender os fatores psicossociais que afetam os indivíduos na condição de desemprego.

A contribuição social dessa pesquisa se respalda na disseminação das finalidades trabalhistas, educacionais e ideológicas do mercado de trabalho, possibilitando o acesso e ciência às estruturas que mantêm a desigualdade social e o não ingresso da população jovem no âmbito laboral. A partir de uma vivência particular na situação de desemprego, esse trabalho aponta os pressupostos e as incoerências atuais do modelo processual do trabalho para lidar com a demanda de jovens desempregados, mas para além disso, sugestões para uma inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, de uma forma efetiva, trazendo a realidade da desigualdade social.

A finalidade desta pesquisa pautou-se em analisar, a partir da literatura, os possíveis impactos do desemprego na saúde mental da juventude brasileira, percebendo assim, os sentidos do trabalho que estão implicados na construção da identidade dos jovens, como também, em descrever as políticas ativas de assistência ao desempregado encontradas no Brasil, e juntamente a isso, apresentar os fatores socioeconômicos que influenciam na não-inserção de jovens brasileiros no mercado de trabalho. Sendo assim, também essa

pesquisa descritiva, teve o intuito de investigar os fatores psicossociais relacionados ao trabalho que podem afetar o jovem em situação de desemprego.

2 METODOLOGIA

Utilizando a abordagem da análise qualitativa dos dados, neste trabalho, foi verificado o impacto do desemprego na saúde mental da juventude brasileira, a partir de revisão bibliográfica, podendo observar os sentidos do trabalho na construção da identidade de jovens brasileiros, caracterizando-se assim, numa pesquisa descritiva. Com isso, a pesquisa descritiva sustenta-se na observação e comparação de dois grupos, podendo visualizar as características em comum e analisar os fenômenos que se relacionam, tendo como principal finalidade apresentar uma ótica diferente sobre uma questão já conhecida (Nunes; Nascimento; Luz, 2016).

O levantamento bibliográfico utilizou-se de capítulos de livros e artigos científicos, publicados em português – majoritariamente nos últimos 10 anos –, por meio das plataformas online Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SciELO), sendo realizada a releitura de estudos existentes com o intuito de gerar novas compreensões acerca da temática. Diante disso, foram selecionadas obras voltadas à temática da pesquisa, com os seguintes descritores: “saúde mental”, “desemprego”, “mercado de trabalho” e “juventude brasileira”.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica torna-se relevante a partir do conceito fundamental que respalda-se na sistematização de material para ser analisado, tendo assim a consequência do pesquisador refletir e dissertar sobre o material estudado, podendo colaborar na aprimoração dos fundamentos teóricos e na prática científica – sendo assim, esse tipo de pesquisa contribui para o desenvolvimento de novos estudos acerca da temática analisada (Sousa; Oliveira; Alves, 2021).

3 O CONTEXTO NEOLIBERAL NO BRASIL E A MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

O neoliberalismo surge após a Segunda Guerra Mundial, na crise de acumulação da década de 1970 – que predominava o desemprego e as altas taxas de inflação – na região da Europa e da América do Norte, e a ideologia neoliberal nesse contexto era de conter os pressupostos socialistas e socialdemocratas, mas sobretudo, o keynesianismo e o Estado intervencionista e de bem-estar social, tendo como principal fator facilitador o capitalismo

predominante nas regiões supracitadas (Barbosa; Barros, 2014). Sabendo disso, a ideologia neoliberal sustenta-se na naturalização das desigualdades sociais, na ênfase do individualismo, na diminuição de investimentos públicos, na elevação do desemprego, na fragmentação da classe trabalhadora e nas novas formas de flexibilização do trabalho (Cardoso, 2016).

A crise no Brasil, de acordo com Barbosa e Barros (2014, p. 7)

[...] apresentava outros sintomas, tais como, altas taxas de inflação, índices elevados de desemprego e subemprego, aumento das dívidas externa e interna, gerando um cenário de abandono da população, principalmente dos mais pobres, agudizando contradições e desigualdades sociais. Isso porque a pressão externa sofrida pelo Brasil fez com que o Estado se preocupasse em dirigir esforços para o pagamento da dívida externa em detrimento de projetos de desenvolvimento e de assistência à população.

Com isso, os desdobramentos da ideologia neoliberal no Brasil, deu-se através de diferentes estratégias governamentais frente ao desenvolvimento econômico, como por exemplo, os programas de inserção em unidades públicas e privadas – que têm finalidade de integrar a população pobre no mercado através da educação, entretanto no contexto competitivo do capitalismo, essa inserção real no mercado de trabalho é dificultosa –, e diante disso, houve uma desregulamentação no mundo do trabalho, tendo espaço assim para o desemprego, a precarização e exploração do trabalho (Cardoso, 2016).

A desigualdade social, pautada na exclusão da classe trabalhadora, permanece em constante manutenção nesse contexto neoliberal, pois considerando que os modos de controle são mais elaborados e simbólicos, as políticas e programas voltados aos sistemas educativos e empregatícios, permanecem introduzidos dentro de um sistema individualista, moralista e institucionalizado, sendo esse sistema contribuinte ao acréscimo das desigualdades sociais (Marques, 2013).

Nesse sentido, a dimensão econômica sobrepõe à dimensão social frente ao desenvolvimento do neoliberalismo, alinhando vida doméstica e trabalho, o avanço do *modus operandi* de produtividade e competição, refletindo em novas formas de sofrimento psíquico como a solidão, mas sobretudo com a ausência da promoção de saúde mental que é associada às condições básicas de sobrevivência, como emprego, moradia e saúde (Safatle; Júnior; Dunker, 2021). Dentro dessa discussão, é imprescindível mencionar também que as mudanças frente à crise sócio-político-econômica, alteram a noção de educação e empregabilidade no contexto brasileiro, como por exemplo, o desemprego alcançando populações escolarizadas e com formações acadêmicas (Oliveira; Mendes, 2014).

Sabendo que a política de emprego que o Estado deve oferecer é ineficiente no Brasil, vale ressaltar a relação entre a (des)socialização progressiva e o sofrimento psíquico. O indivíduo inserido na situação de desemprego no contexto neoliberal sente a perda da função social, tendo sua saúde mental comprometida, visto sua incapacidade de produção laboral e a pressão do novo *modus operandi* sob a subjetividade humana (Safatle; Júnior; Dunker, 2021).

Pontuando isso, é necessário enfatizar o modo de individualização no sentir e perceber-se nesse contexto supracitado, pois essa pressão sob a subjetividade humana reflete também na forma como os corpos são visualizados – instrumentos produtivos que geram capital, isto é, o indivíduo desempregado e em sofrimento psíquico, é um obstáculo real da perpetuação do modo de produção (Safatle; Júnior; Dunker, 2018).

Ainda sobre a perda do lugar social e sobre os corpos humanos como instrumentos de produção no contexto neoliberal, é interessante trazer a pontuação de Safatle, Júnior e Dunker (2018, p. 107) quando afirmam que “O sujeito sempre assume uma norma corporal. Para tanto, identificações são estabelecidas, e a função do reconhecimento aqui é fundamental. O não reconhecimento implica sofrimento”. Relacionado a isso, a (des)socialização progressiva reflete num desinteresse precário pela vida social e no não reconhecimento enquanto ser que ocupa um espaço social – pessoa que não produz sua própria subsistência e gera sua sobrevivência –, caracterizando-se assim o sofrimento psíquico, ressoando na subjetividade dos indivíduos (Oliveira; Mendes, 2014).

Nesse sentido, é interessante apresentar os conceitos dejourianos do sofrimento criativo e do sofrimento patogênico, sendo o primeiro referido a possibilidade de resiliência frente ao processo saúde-doença do trabalhador, visto como uma estratégia criativa que favorece maneiras saudáveis de lidar com seu sofrimento enquanto ser humano inserido nesse contexto adoecedor; o segundo conceito refere-se a possibilidades de desequilíbrio frente ao seu processo saúde-doença, visto como a ausência ou esgotamento das estratégias defensivas do trabalhador (Oliveira; Mendes, 2014).

Sendo possível aprofundar a discussão sobre o sofrimento patogênico desse indivíduo desempregado no contexto neoliberal, é imprescindível pontuar sobre os discursos internalizados de autoculpabilização sobre os processos contextuais que influenciam essa situação de desemprego, individualização da culpa em virtude da ausência de qualificações, competências, sobretudo o enunciado do merecimento, causando assim sentimentos de inutilidade e exclusão social (Oliveira *et al.*, 2021).

Diante do exposto acima, vale ainda pontuar sobre o sofrimento ético-político, associado à situação de exclusão - frente ao fenômeno da desigualdade social, vista como um

dos principais fenômenos que geram o desemprego –, que o indivíduo vivencia nesse contexto neoliberal brasileiro. Sawaia (2014, p. 17) afirma que os indivíduos excluídos “não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural”, pontuando sobre as transformações nas relações entre mercado e sociedade nos séculos XX e XXI que perpassam a manutenção da desigualdade social – que Sawaia (2014) classifica como uma exclusão social, haja vista, a privação da independência financeira, da subsistência familiar, por exemplo, que se efetiva num conjunto de ações simbólicas, reais e coletivas.

O sofrimento ético-político baseia-se numa análise da afetividade, do desejo e da temporalidade dos indivíduos que permeia e se relaciona com o campo da exclusão, ou seja, analisar o social e/ou coletivo, considerando suas emoções, sentidos e demais preocupações relacionadas a sua vida e ao seu trabalho, para além da sobrevivência e do modelo econômico estabelecido no seu meio social (Sawaia, 2014).

Logo, é possível afirmar que estar consciente dessa lógica excludente - que atinge o indivíduo e o coletivo –, é uma forma de sofrimento ético-político, que “revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar-se no espaço público e de expressar desejo e afeto” (Sawaia, 2014, p. 104). Portanto, enfatiza-se que a desigualdade social, a injustiça e a exploração que baseiam a lógica excludente, deveriam ser visualizadas a partir da superação, emancipação, felicidade pública e/ou coletiva, aproximando-se assim, das questões públicas, como o desemprego no Brasil.

4 SAÚDE MENTAL E DESEMPREGO

Em meados do século XX, houveram transformações no mundo do trabalho frente ao contexto capitalista, que ressignificaram os modos de produção, os sentidos do trabalho e a inserção dos conceitos de “emprego” e “desemprego”, resultantes da reestruturação produtiva que sustenta-se na reconfiguração das relações entre trabalho e trabalhador diante da flexibilização do trabalho formal (Matos, 2018). Considerando esse período como desencadeante do fenômeno do desemprego – visto que a integração de novas tecnologias, por exemplo, impacta diretamente na prática deste trabalho –, é imprescindível mencionar e

compreender as dimensões econômicas, psicológicas e sociais do trabalho para os indivíduos (Oliveira, 2015).

O trabalho como um dos fatores fundamentais que constituem a identidade do indivíduo, mas para além disso, como meio para sobrevivência e para socialização nos diferentes espaços, possui papel relevante na construção dos sentidos e da importância da ocupação do cotidiano, que afetam intrinsecamente o bem-estar social e psicológico desses trabalhadores, considerando a angústia e o medo frente à possibilidade do desemprego – que é fator crucial, muitas vezes, para a aceitação de condições precárias no meio laboral (Oliveira *et al.*, 2021). Portanto, como afirma Magalhães e Gomes (2018, p. 67)

O trabalho possui um papel relevante na organização da estrutura psíquica e nos processos formativos da identidade dos sujeitos, como também contribui de forma central para a sociabilização. Considerando a centralidade do trabalho na vida das pessoas, é imprescindível aprofundar os conhecimentos sobre os possíveis agravos à saúde, em especial à saúde mental daqueles que estão submetidos à condição de desemprego.

Decerto, o desemprego como produto das novas configurações de trabalho ao longo das transformações históricas e sociais, implica na privação das funções que a ocupação estabelece na vida social desses indivíduos, como nas suas relações interpessoais, na manutenção da autoimagem sobre ser capaz e funcional, no desenvolvimento da rotina de tempo, na subsistência familiar, no status social, e no processo de alcançar metas e objetivos pessoais (Magalhães; Gomes, 2018). Considerando os pontos supracitados, o impacto na saúde mental acontece quando a causa do desemprego é associada apenas ao indivíduo, diante das privações como consequência da perda do trabalho, havendo um desgaste mental, mas também sintomas de ordem física (Magalhães; Gomes, 2018).

A situação de desemprego pode gerar e agravar problemas sociais, como o isolamento social, os conflitos interpessoais e o uso abusivo de álcool e outras drogas, mas para além disso, a perda contínua da autonomia do indivíduo, a insegurança frente ao futuro, a baixa autoestima, podendo resultar no desenvolvimento de transtornos mentais – sendo esses fatores intensificados, visto o período de ociosidade e a perda do sentido que o trabalho possui para o trabalhador desempregado (Oliveira *et al.*, 2021). Como já supracitado, associa-se e responsabiliza-se o trabalhador pelo sofrimento advindo da ausência de trabalho, sob a justificativa neoliberal da desqualificação individual para ingressar no mercado de trabalho, sendo essa culpa assumida pelo trabalhador, agravando o sofrimento (Oliveira *et al.*, 2021).

4.1 RISCOS PSICOSSOCIAIS RELACIONADOS AO TRABALHO OU AUSÊNCIA DE TRABALHO

Dentro dessa discussão, vale detalhar aqui a relação entre saúde e trabalho, apontando os determinantes sociais de saúde (DSS), mas para além disso, pontuar o trabalho como determinante social de saúde – ressaltando seus impactos na saúde física e emocional dos indivíduos, como os riscos psicossociais no trabalho e suas consequências no indivíduo em situação de desemprego. Com isso, é interessante apresentar que as transformações geopolíticas e socioeconômicas, supracitadas, influenciaram nos debates sobre os conceitos médico-centrados em relação a epidemiologia social, dando enfoque na diferenciação da nomenclatura ‘determinação social da saúde’ para ‘determinantes sociais da saúde’ – visto a necessidade de evidenciar as desigualdades sociais encontradas nas condições de vida e de trabalho, no acesso à saúde básica, como também a exclusão de grupos sociais (Garbóis; Sodré; Araújo, 2017).

Em 2005, a Organização Mundial da Saúde (OMS) criou a Comissão para os Determinantes Sociais da Saúde (CDSS) para debater questões relacionadas às desigualdades no âmbito da saúde, como afirma Garbóis, Sodré e Araújo (2017). Nesse novo modelo, identifica-se camadas que discriminam características individuais até características macrodeterminantes inseridas no processo saúde-doença, abordando de modo reducionista, fatores e condições do contexto social atual – sem considerar os processos sociais, patológicos e culturais que perpassam cada era histórica (Garbóis; Sodré; Araújo, 2017). Com isso, as estruturas sociais são negligenciadas, sabendo que não há uma notoriedade de análise da produção e reprodução social, desconsiderando a dissidência entre o modo de produção capitalista e o modo de vida saudável (Garbóis; Sodré; Araújo, 2017).

Sabendo disso, é imprescindível introduzir nessa discussão, o trabalho enquanto determinante social de saúde, com o intuito de uma melhor compreensão sobre o duo saúde-social. Nesse sentido, é possível comentar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) que apresenta a saúde com a influência dos fatores socioambientais e biológicos, sendo interessante mencionar emprego e moradia – em virtude disso, o trabalho é visualizado como um determinante para qualidade de vida e saúde dos indivíduos (Almeida *et al.*, 2021).

Decerto, a relação do trabalho com o processo saúde-doença muitas vezes não é levada em consideração, prejudicando assim a identificação do adoecimento físico e emocional do trabalhador, como também a implicação de profissionais da área para o manejo efetivo frente ao adoecimento relacionado ao trabalho, sendo assim, necessário enfatizar a importância do

trabalho enquanto DSS – reconhecendo que os modos de produção, juntamente com os sentidos do trabalho, afetam diretamente a saúde de trabalhadores e profissionais da saúde, mas para além disso o sofrimento psíquico dos indivíduos desempregados (Almeida *et al.*, 2021). Diante disso, é válido apresentar alguns dados que estabelecem essa relação entre trabalho e processo saúde-doença, como afirma Pereira, Souza, Lucca e Iguti (2020), p. 3

[...] os transtornos mentais são a terceira causa de afastamentos entre os trabalhadores segurados [...] são responsáveis por mais de 12% da incapacitação decorrente de doenças, percentual que sobe para 23% em países desenvolvidos. Das dez principais causas de incapacitação, cinco são transtornos psiquiátricos, sendo os principais a depressão (13%), o alcoolismo (7,1%), a esquizofrenia (4%), o transtorno bipolar (3,3%) e o transtorno obsessivo-compulsivo (2,8%).

Levando em consideração o trabalho enquanto DSS, como supracitado, cabe aqui pontuar sobre a relevância dos fatores de risco psicossociais no trabalho (FRPT) que referem-se ao modo de produção e/ou a cultura organizacional, entre outros, que afetam a saúde, como por exemplo, o índice elevado de afastamento do trabalho por motivos de adoecimento psíquico, podendo desencadear transtornos mentais no trabalhador – tendo esse enfoque dado aos FRPT por meio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) juntamente com a Organização Mundial de Saúde (OMS) –, e não obstante, o consumo abusivo de álcool (Pereira; Souza; Lucca; Iguti, 2020). As organizações acima mencionadas – OIT e OMS – apresentam como fatores psicossociais "a interação entre ambiente, conteúdo e condições de trabalho, capacidade dos trabalhadores de atender as demandas de trabalho, necessidades e expectativas dos trabalhadores, cultura e fatores pessoais e extralaborais" (Pereira; Souza; Lucca; Iguti, 2020, p. 3).

As Normas Regulamentadoras (NR's) inseridas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) , abordam o regulamento do trabalho e seus fatores de riscos psicossociais, segundo Pereira, Souza, Lucca e Iguti (2020). Entre os instrumentos que podem avaliar os FRPT no ambiente de trabalho, podem ser pontuados aqui, a escala psicométrica Likert – com respostas quantificáveis – e o Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais (Proart) – tendo como base teórica, a psicodinâmica do trabalho, sendo imprescindível acrescentar que, a existência das críticas voltadas ao termo FRPT definido como reducionista em relação ao processo psicossocial – que abrange riscos mensuráveis (físicos e biológicos), os aspectos macrossociais e socioculturais presentes no ambiente de trabalho (Pereira; Souza; Lucca; Iguti, 2020).

Visto as pontuações acima sobre as transformações históricas, sobretudo, em relação ao trabalhador enquanto ativo no seu processo social e histórico, vale ressaltar que os determinantes sociais de saúde não possibilitam aplicação à todos os trabalhadores e indivíduos inseridos no sistema de produção capitalista – tendo em vista, a importância de considerar a interferência dos fatores macrossociais no ambiente de trabalho, para além dos FRPT (Pereira; Souza; Lucca; Iguti, 2020).

Outrossim, o indivíduo em situação de desemprego também é afetado, visto sua condição e as consequências que se desencadeiam desse processo. É essencial citar o impacto físico, emocional e social que o indivíduo sofre – sendo intensificado a partir dos sentidos do trabalho e do modo neoliberal existentes –, como o isolamento social, diminuição da autoestima, crenças disfuncionais, exclusão social e o desenvolvimento de adoecimento e transtornos mentais (como o Transtorno Depressivo e/ou Síndrome de Burnout, entre outros), podendo também ser identificado o risco de suicídio (Silva; Poncio, 2017).

Dentro desse impacto, é possível visualizar a identidade do indivíduo, a rotina diária e o sentimento de pertencimento a algo, sendo comprometidas, surgindo assim, os sentimentos de culpa, inutilidade e desconhecimento – esse sofrimento psíquico do indivíduo desempregada está pautado nos discursos ideológico, meritocráticos e neoliberais que culpabilizam e individualizam os fatores que contribuem para a não-inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (Silva; Poncio, 2017).

5 POLÍTICAS ATIVAS DE ASSISTÊNCIA AO DESEMPREGADO NO BRASIL

Dentro dessa discussão, vale enfatizar as políticas ativas de mercado de trabalho implantadas e suas práticas no Brasil, sendo necessário, inicialmente, apresentar os direitos individuais discriminados no texto da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul voltados à garantia da igualdade de direitos e de tratamento, visto as possíveis oportunidades de emprego para mulheres e homens, como também a inserção social de pessoas com deficiência (PcD) – sendo necessário mencionar, que há uma ênfase das ações das políticas ativas em grupos com desvantagem frente ao mercado de trabalho –, visando assim, o crescimento econômico pautado na justiça social frente às condições socioeconômicas (Cacciamali, 2005).

Sabendo que a Declaração do Mercosul no Brasil, estabelece as políticas ativas de assistência ao desempregado – envolvendo e desenvolvendo proteção, formação e capacitação aos trabalhadores, sobretudo, a geração de empregos –, como afirma Cacciamali (2005), é imprescindível apontar aqui os quatro tipos de políticas ativas: Serviço público de

intermediação, capacitação e treinamento; desenvolvimento de pequenas e micro empresas e de atividades por conta própria, criação de empregos e as medidas de apoio aos jovens (Cacciamali, 2005). Em relação aos programas de emprego, Machado e Neto (2011, p. 9) afirmam que estão direcionados a "[...] segmentos populacionais de baixa escolaridade, sobretudo jovens, mulheres e trabalhadores com mais de 40 anos."

Em torno disso, as políticas ativas têm como finalidade tornar o mercado de trabalho acessível a pessoa em situação de desemprego, visualizando melhor as oportunidades disponíveis e apresentando mão-de-obra qualificada, tendo como consequência disso, o gerir otimizado das demandas por emprego – sendo interessante ressaltar que as políticas ativas referem-se a grupo de trabalhadores específicos (Machado; Neto, 2011).

O serviço público de intermediação da mão-de-obra refere-se ao preenchimento de vaga que promove benefícios para a tríade trabalhador desempregado, empresa e meio social, visto a prática baseada na busca da melhor vaga para o trabalhador de acordo com suas competências e qualificações, auxiliando assim a empresa a efetivar sua produtividade, ocasionando assim, maior renda e menor rotatividade na empresa (Cacciamali, 2005).

O programa de capacitação e treinamento refere-se ao investimento da empresa voltado para treinar trabalhadores, implicando no desenvolvimento e capacitação da força de trabalho desses indivíduos, como afirma Cacciamali (2005). Já o programa de desenvolvimento de pequenas e micro empresas e de atividades por conta própria, fornece e fortalece serviços de capacitação e assistência administrativa, tendo como principal consequência o aumento da produtividade e da renda, frente sua permanência e manutenção frente ao mercado de trabalho (Cacciamali, 2005).

As políticas e/ou programas de criação de empregos e as medidas de apoio aos jovens, em síntese, difere-se em duas modalidades, sendo que a primeira visa criar e/ou manter empregos através das empresas com menor contribuição ao INSS, já a segunda modalidade é referente a criação de empregos para pessoas sem ocupação laboral em desvantagem no mercado de trabalho – como desempregados de longa duração (Cacciamali, 2005).

Levando em consideração os programas e/ou políticas ativas mencionadas, vale ressaltar que há programas específicos para jovens desempregados que possuem dificuldades para inserção no mercado de trabalho, sendo que essas políticas direcionadas aos jovens sem ocupação laboral, oferecem emprego que incluem aprendizado – podendo citar o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE) e os programas pautados na Lei da Aprendizagem, que envolvem os programas de Jovem Aprendiz (Machado; Neto, 2011).

5.1 PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A entrada de jovens com idade entre 14 e 24 no mercado de trabalho foi regulamentada pela Lei nº 10.097/00, definida como a Lei da Aprendizagem, que implementou o Programa Jovem Aprendiz apresentando o Contrato de Aprendizagem, como afirma Brasil (2000) – previsto também na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que sustenta a necessidade da inserção dessa população no mercado sem haver prejuízo na formação educacional básica (Andrade; Santos; Jesus, 2016).

A CLT, amparada na Constituição Federal de 1988 e no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), explana normas que o empregador e o aprendiz devem seguir, como por exemplo, a duração máximo de dois anos direcionada à formação técnico-profissional, a anotação na Carteira de Trabalho, a jornada diária de trabalho e o salário mínimo/hora, assim afirma Coelho e Alves (2015). O Programa Jovem Aprendiz tendo como finalidade principal a criação de oportunidades à inserção da juventude brasileira no âmbito laboral, trazendo como possibilidade o conciliamento entre educação e trabalho no contexto atual do mercado, visto as leis trabalhistas (Andrade; Santos; Jesus, 2016).

O índice de desemprego no Brasil diminui cerca de 25% a 30% com o auxílio do programa, tendo em vista que a empregabilidade da juventude brasileira pelas empresas privadas e públicas (como bancos e escolas), visa a capacitação profissional de jovens que estejam inscritos nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR e SESCOOP), entre outros (Castro, 2019).

5.3 JUVENTUDE BRASILEIRA E O MERCADO DE TRABALHO

A transição escola- mercado de trabalho é um processo social que abrange a população jovem, sendo possível afirmar que essa categoria sociológica também perpassa pelos processos de contrato social, como o casamento, havendo marcadores sociais de gênero, faixa etária e classe, que influenciam o desenvolver e a concretização desses processos – contudo, as exigências em relação aos estudos e a capacitação são contínuas e simultâneas nesse período da vida (Castro; Aquino; Andrade, 2009).

Com isso, para além da juventude ser uma categoria etária, é uma categoria que abrange a condição laboral como indispensável para a construção identitária desses indivíduos, além das experiências e aprendizados adquiridos na fase escola – sendo relevante pontuar que a partir dos fatores que influenciam essa transição, esse processo pode ser linear e

contínuo, mas também desvinculado e/ou dificultoso para alguns desses indivíduos (Castro; Aquino; Andrade, 2009).

Nesse sentido, a inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho reflete as desigualdades sociais de gênero e classe, que apesar da existência das políticas direcionadas aos desempregados, as condições são desfavoráveis para a juventude brasileira efetivar a transição da escola para o mundo do trabalho (Castro; Aquino; Andrade, 2009). Considerando os fatores supracitados, é imprescindível apresentar as taxas de desemprego entre os jovens brasileiros, com base nos fatores de gênero, de tempo de escolaridade e de renda familiar, como afirmam Cacciamali e Tatei (2017, p. 60)

[...] as maiores taxas de desocupação são observadas entre jovens entre 5 e 8 anos de escolaridade, sendo que as mulheres mostram maior probabilidade de se inserir em um posto de trabalho depois de 8 anos de escolaridade, enquanto os homens jovens necessitam de 12 anos de escolaridade para aumentar suas chances de emprego [...] as mulheres jovens inserem-se no mercado de trabalho, em geral, em empregos e ocupações de menor qualificação e que vêm acompanhados de baixa remuneração [...] Assim, o ingresso precoce do jovem de família pobre no mercado de trabalho pouco contribuirá para a elevação de seu capital humano ou de seu capital social [...] Esse fato somado à menor frequência ou abandono da escola aumenta a probabilidade de reproduzir a pobreza de seus pais, ou até de protagonizar um processo de mobilidade social descendente ao longo de seu ciclo de vida de trabalho.

Dentre as desigualdades sociais, é interessante mencionar o trabalho infantil enquanto fator que contribui para a exploração de crianças e adolescentes, que encontram-se em condições precárias de vida, e que prejudica assim o desenvolvimento social no âmbito escolar, como também uma transição adequada para o mercado de trabalho formal – visto a escolaridade como fator crucial para a inserção no mundo do trabalho formal (Costa, 2003). Apesar das leis vigentes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, Costa (2003, p. 31) afirma que os adolescentes brasileiros “entre 15 e 17 anos, mais de 30% não estudam, trabalham com jornadas semanais superiores a 40 horas e remuneração inferior ao salário mínimo; das crianças entre 10 e 14 anos, 16,9% também estão no mercado de trabalho”.

Apesar do nível de escolaridade somatizar para a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, vale pontuar que os níveis de desocupação entre os jovens entre 18 a 25 são elevados, visto a ausência de experiência desses indivíduos – é imprescindível mencionar que a experiência sobressai em relação ao nível de escolaridade no mundo do trabalho, ou seja, a experiência no âmbito do trabalho é um dos requisitos mais valorizados (Rocha, 2008). Por fim, os jovens que buscam a entrada no mundo do trabalho, conciliando os estudos e provenientes de família baixa renda, apresentam maior dificuldades nesse processo, mas

apesar disso, vale ressaltar a existência dos programas supracitados, que auxiliam essas famílias e jovens em situação de desemprego – através de capacitações contínuas direcionadas aos estudos e desenvolvimento humano, como também auxílio financeiro (Oliveira *et al.*, 2021).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como principal objetivo a análise, a partir de uma revisão bibliográfica, sobre os possíveis impactos do desemprego na saúde mental da juventude brasileira, podendo perceber os sentidos do trabalho que estão implicados na construção da identidade desses jovens – que podem ser mencionados aqui, os sentidos de sobrevivência, socialização, entre outros. Em relação a isso, é perceptível uma crescente exigência sobre o início da vida laboral da população jovem e a sua transição efetiva do período escolar para o mercado de trabalho, contudo, vale ressaltar que existem fatores psicossociais e socioeconômicos que influenciam o desemprego dessa população, e principalmente, que esse desemprego pode vir a afetar a saúde mental dos jovens brasileiros.

Para a compreensão desses impactos na saúde mental dos jovens brasileiros, foi apresentado que a ideologia neoliberal naturalizou os discursos relacionados à meritocracia, sendo percebido uma crescente culpabilização sob os indivíduos não inseridos no mercado de trabalho, as desigualdades sociais relacionadas à inserção no mundo do trabalho – como a renda familiar e o gênero –, sobretudo, o agravamento dos problemas sociais e individuais, gerados pelo desemprego, como o uso abusivo de álcool e outras drogas, a baixa autoestima, o sentimento de não pertencimento no mundo e o desenvolvimento de transtornos mentais.

Desse modo, foi explanado as inúmeras políticas e programas de assistência voltados aos desempregados do Brasil, que resultam na diminuição da desocupação dos jovens brasileiros e na capacitação contínua desses indivíduos, com maior inclusão empregatícia pelas empresas privadas e públicas – apesar dos números de jovens que não trabalham e não estudam ainda serem agravantes. Dentro dessa perspectiva, é necessário que haja uma maior atenção à saúde mental dos jovens desempregados, novas políticas públicas que incentivem a educação continuada, considerando os fatores psicossociais e socioeconômicos, a estrutura do capitalismo e as desigualdades advindas desse sistema econômico – que refletem nas condições de trabalho precárias que esses jovens poderão vir a ter acesso, posteriormente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leonardo Alexandrino de *et al.* O Trabalho como Determinante da Saúde e Espaço de Desenvolvimento de Competências. **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho**, p. 1446-1455, 2021.

ANDRADE, Junio Mendonça de; SANTOS, Karlos Kleiton dos; JESUS, Gustavo Santana de. O Programa Jovem Aprendiz e sua importância para os jovens trabalhadores. **Interfaces Científicas**, p. 45-54, 2016.

BARBOSA, Ramanna Soares. BARROS, Albani de. Estado neoliberal e os reflexos nas relações de trabalho no contexto da crise do capital. **Revista Ciências humanas e sociais**. Maceió, p. 37-54, 2014.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Institui a Lei da Aprendizagem**. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): Brasília, DF, p. 1, 19 dez. 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. **Estudos Avançados**, p. 85-104, 2005.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do Jovem. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Boletim regional, urbano e ambiental**, p. 57-69, 2017.

CARDOSO, Isabella Vitória Castilho Pimentel. O Mundo do trabalho após a doutrina neoliberal no Brasil: privatização e flexibilização no contexto de crise econômica. **Revista Pegada**. 2016.

CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Coelho (org). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. In: GONZALEZ, Roberto. Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Salete Pereira Alencar Carrilho de. **O Programa jovem aprendiz e o desenvolvimento de jovens brasileiros**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidade de Brasília, Goianésia - GO, p. 14-19, 2019.

COELHO, Marly dos Reis Pereira; ALVES, Ivete Maria de Oliveira. O MENOR APRENDIZ: contrato de aprendizagem e o desenvolvimento social nas relações de trabalho. **Ampliando Revista Científica da Facerb**, p.21-44, 2015.

COSTA, Janaina Moutinho. **Inserção do jovem de baixa renda no mercado de trabalho formal: estudo da Vila São Rafael - Belo Horizonte**. Tese (Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das Cidades) – PUC Minas. Belo Horizonte, p. 31-45. 2003.

GARBÓIS, Júlia Arêas; SODRÉ, Francis Sodré; DALABELLO-ARAÚJO, Maristela. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. **Saúde e debate**. Rio de Janeiro, p. 63-76, 2017.

MACHADO, Danielle Carusi; NETO, João Hallak. Políticas ativas e passivas de mercado de trabalho: panorama atual. **Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, 2021.

MAGALHÃES, Elaine Cristina Vieira de; GOMES, Luciana. Desemprego e saúde mental: uma análise temática no Brasil. **Intervozes: trabalho, saúde, cultura**. Petrópolis, p. 64-87, 2018.

MARQUES, Ana Paula Pereira. Reestruturação produtiva e recomposições do trabalho e emprego: um périplo pelas “novas” formas de desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, p. 1545-1554, 2013.

MATOS, Daniela. O impacto do desemprego e a saúde psicossocial. **Psicologia: O portal dos psicólogos**. Bahia, 2018.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes do; LUZ, Maria Aparecida Carvalho Alencar. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Revista de Psicologia: ID on line**, p. 144-151, 2016.

OLIVEIRA, Amanda Rebeca Borges de *et al.* O desemprego e a saúde mental do trabalhador: impactos e enfrentamentos. **Conversas em Psicologia**. Paraná, 2021.

OLIVEIRA, Andréia Nicolau de. **Saúde mental e desemprego: configurações da vivência psicológica do sujeito desempregado e suas psicopatologias**. Faculdade Católica de Anápolis. GO, 2015.

OLIVEIRA, J. N., MENDES, A. M. Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho. **Temas em Psicologia**, p. 389-399, 2014.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos; SOUZA, Heloisa Aparecida; LUCCA, Sergio Roberto de; IGUTI, Aparecida Mari. Fatores de riscos psicossociais no trabalho: limitações para uma abordagem integral da saúde mental relacionada ao trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, p. 1-9, 2020.

ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, p. 533-550, 2008.

SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. (Org.). São Paulo: Autêntica, 2021.

SAFATLE, V; JÚNIOR, N. da S; DUNKER, C. Patologias do social: Arqueologias do sofrimento psíquico. *In*: CARRENHO *et al.* **O corpo como lugar de sofrimento social**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, cap. 4, 2018.

SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. Petrópolis: Editora Vozes, ed. 14, 2014.

SILVA, Taiana Jorge de Araújo; PONCIO, Taís Pacheco. As consequências psicossociais do desemprego. **Ciência Amazônica**, Porto Velho, 2017.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: Princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, p.64-83, 2021.